



Considerações sobre as idas e vindas da Arqueologia

Thoughts on the coming and going of Archaeology

Gustavo Henrique Soares de Souza Sartin¹

<https://orcid.org/0000-0002-6640-3676>
ghsartin@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.25187/codex.v12i1.64586>

RESUMO: O presente estudo busca investigar a história da Arqueologia desde o início da Idade Moderna buscando descobrir se a disciplina teve um desenvolvimento linear ou se foi altamente influenciada pelas condições gerais da sociedade. Num primeiro momento, lidamos com a abordagem antiquária e depois avançamos até as escavações de Pompeia e Herculano antes de discutirmos o início da Arqueologia científica no século XIX. Depois, discutimos a abordagem multidisciplinar nas ciências sociais no início do século XX, a qual resultou na assim chamada “Arqueologia Histórico-Cultural”. Depois, finalmente, nós abordamos o processualismo e o seu rival pós-moderno, o pós-processualismo. Claramente, não se trata de um estudo exaustivo, mas de um trabalho de panorama da disciplina.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia; Teoria Arqueológica; historiografia.

ABSTRACT: The present study aims to investigate the history of Archaeology since the early Modern Age in order to determine if the discipline had a linear development or if it was heavily influenced by the general societal conditions. First, we deal with the antiquarian approach and then move on to the excavations of Pompeii and Herculaneum before discussing the beginnings of scientific Archaeology in the 19th century. We then move on to discuss the multidisciplinary approach in the social sciences during the early 20th century which resulted in the so-called “Socio-Cultural” Archaeology. Finally, we deal with processualism and its postmodern rival, post-processualism. Clearly, it is not a thorough and complete study, but an overview of the discipline.

KEYWORDS: Archaeology; Archaeological theory; historiography.

¹ Doutor em História Antiga pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).



Apresentação

O presente ensaio tem por objetivo discutir como a Arqueologia se desenvolveu de modo não-linear, respondendo às dinâmicas sociais de cada época. Para tanto, procuramos recapitular a história da disciplina desde a Idade Moderna, produzindo o que Fernand Braudel chamou de “recitativo das conjunturas” (Braudel, 2005, pp. 47–48), uma espécie de narrativa com análise que encadeia as descrições de várias épocas.

A Arqueologia na Idade Moderna

As modernas Arqueologia e História compartilham a mesma origem: a curiosidade dos europeus da Idade Moderna diante dos vestígios do passado greco-romano. Esses vestígios poderiam tanto ser ruínas de edifícios quanto artefatos portáteis e foi com estes que teve início a pesquisa antiquária. Aos intelectuais da Idade Moderna, era colocada a questão sobre a origem de objetos tão peculiares e distintos daqueles do seu presente. Essa indagação ensejou uma onda de colecionismo pela Europa e com ela uma valorização da materialidade em oposição às meras especulações sobre o passado (Momigliano, 2004, pp. 86–88). Não estávamos diante da ciência arqueológica ainda, mas esse estado de coisas nos conduz a uma conclusão irônica: embora a moderna disciplina da História haja se construído elencando a Arqueologia como uma das suas “disciplinas auxiliares”, a Arqueologia é a disciplina por excelência voltada à materialidade e a moderna ciência histórica surgiu da estupefação diante da materialidade dos vestígios do passado, de modo que não seria descabida a afirmação de que a moderna ciência histórica surgiu como uma espécie de disciplina auxiliar da Arqueologia, embora a disciplina histórica já existisse desde o passado greco-romano.

Se a disciplina histórica já existia desde a Antiguidade, ainda que conceituada de forma distinta da sua variante moderna, por que na Antiguidade não existiu, também, uma Arqueologia? É verdade que, com o desenvolvimento da escrita, os povos começaram a “enquadrar” o passado cronologicamente, mas essa atividade não produzia necessariamente um interesse disciplinado pelas relíquias de tempos anteriores (Trigger, 2004, p. 28). Mesmo o ateniense Tucídides, que cunhou o termo “arqueologia”, significando “discurso sobre as coisas antigas”, nos alertou, na sua obra a respeito da guerra entre os atenienses e os peloponésios, que as ruínas do passado poderiam ser enganosas, a ponto de que, no futuro, por conta da falta de edifícios monumentais, as pessoas poderiam pensar que os espartanos não haviam sido poderosos (1,10).

Voltemos, todavia, à relação entre o antiquarismo e a Arqueologia na Idade Moderna. Enquanto alguns antiquários, como o francês Nicolas-Claude Fabri de Peiresc (1580–1637),

dedicavam-se a colecionar artefatos antigos, outros, como o britânico John Aubrey (1526–1597), visitavam amiúde sítios como Stonehenge (Momigliano, 2004, pp. 86–87; Fagan, 2019, pp. 10–11), apesar de que, em geral, os vestígios do passado romano fossem mais valorizados (Díaz-Andreu, 2007, pp. 37–38). Não obstante, o evento que ensejaria o surgimento da moderna Arqueologia deu-se quando, pouco antes de 1710, uma proprietária de terras chamada Cola Nocerino, na localidade de Resina, próxima a Nápoles, ordenou que os seus empregados escavassem um poço mais fundo do que o usual, por conta de um período de seca. Durante a escavação, eles encontraram surpreendentes placas de mármore colorido. A notícia do achado espalhou-se rapidamente pela região e, em 1710, o nobre francês Emmanuel Maurice adquiriu uma grande quantidade de terras ali, dando início a um processo de escavação sistemática. Os seus empregados encontraram não apenas placas de mármore colorido, mas também uma escadaria e estátuas, o que os fez acreditar que estavam escavando um templo, quando na verdade escavavam o teatro da cidade romana de Herculano (Hale, 2006, p. 4). Nessa mesma localidade, poucos anos depois, começou a ser construído o palácio de verão de Carlos, filho do rei Felipe V, da Espanha, reino que controlava nessa época o centro-sul do que hoje é a Itália. Quando a notícia dos achados chegou ao príncipe, ele ordenou que um membro do seu exército, o coronel Rocque Joachin de Alcubierre, descobrisse o que jazia abaixo de Resina (Sonneborn, 2008, p. 9).

Alcubierre usou pólvora e mineiros profissionais para abrir caminho pela camada de material expelido pelo vulcão Vesúvio² e vasculhar as profundezas da cidade. Apesar desses métodos um tanto descuidados para os padrões atuais, Alcubierre mostrou-se um observador diligente que procurava mapear em três dimensões tudo o que encontrava. No final da década de 1740, Alcubierre, doente, contratou um assistente, o suíço Karl Weber, que se uniu à equipe de escavação no momento em que era iniciada a escavação de Pompeia. Diferentemente de Herculano, coberta principalmente pelo denso fluxo piroclástico, Pompeia havia sido coberta apenas por cinzas e pedras-pomes, uma rocha tão pouco densa que às vezes chega a flutuar na água. Em Herculano, Weber presidiu as escavações que conduziram a importantes descobertas: os mineradores primeiro encontraram um pavimento decorado com mosaicos que servia de mirante para a baía de Nápoles; depois, seguindo o caminho que saía do mirante, foi encontrada uma *villa*, hoje chamada de “*Villa dos Papiros*” devido à sua vasta coleção de livros. A descoberta dessa biblioteca causou grande sensação na Europa e uma máquina chegou a ser desenvolvida para desenrolar os papiros queimados. Weber talvez fosse um observador ainda mais minucioso do que Alcubierre e a sua detalhada planta da *Villa dos Papiros* permitiram a sua recriação em Malibu, na Califórnia, na década de 1970.

² As cidades romanas de Pompeia e Herculano foram soterradas pelas cinzas e pelo fluxo piroclástico expelidos pelo vulcão Vesúvio em 24 de agosto do ano 79 E.C.

Já como rei, Carlos II, expôs os achados no seu palácio em Nápoles, ainda que as escavações de Alcubierre houvessem permanecido inicialmente um segredo bem guardado. Quando, na década de 1750, as notícias das descobertas de Pompeia e Herculano se espalharam, curiosos de toda a Europa apressaram-se até a vizinha Nápoles, que tornou-se, então, uma prestigiosa cidade turística (Harris, 2007, p. 2).

No início da década de 1760, Johann Joachim Winckelmann (1717–1768), um pesquisador alemão que se convertera ao catolicismo e trabalhava em Roma como bibliotecário do cardeal Albani, foi o primeiro estudioso a debruçar-se sobre os objetos descobertos por Alcubierre e Weber (Fagan, 2019, p. 11).

Winckelmann assinalou que esses objetos eram fontes vitais de informação sobre os seus proprietários e sobre a vida quotidiana na época romana. Numa época de pilhagem descontrolada — a aristocracia europeia escavava as ruínas romanas principalmente para encontrar obras de arte que pudessem decorar suas casas e palácios — a ideia de Winckelmann era inovadora. Infelizmente, ele nunca pôde testar as suas teorias, pois foi assassinado por ladrões enquanto aguardava um navio em Trieste (Fagan, 2019, p. 12).

A história da Arqueologia, assim, foi impulsionada não apenas pelo colecionismo antiquário mas também pela ostentação aristocrática, uma das características marcantes do Antigo Regime. Isso mudaria aos poucos, a partir do início do século XIX, não só em função da transformação da situação política, como também do desenvolvimento dos meios de comunicação a partir da Revolução Industrial.

Como vimos no caso do antiquarista britânico John Aubrey, não demorou para que o interesse dos intelectuais se estendesse para além do passado romano, especialmente no norte da Europa. A observação dos vestígios do passado pré-romano produziu impasses, pois eles não podiam ser explicados através do apelo a fontes textuais. Apesar das dificuldades, tais impasses ajudaram a mover a disciplina adiante através da criação de novas abordagens que mais tarde seriam estendidas até mesmo ao passado romano (Trigger, 2004, pp. 68–70).

Cabe notar também, antes de prosseguirmos, que, após impulso inicial para a popularização da Arqueologia, as escavações em Pompeia e Herculano tiveram um impacto relativamente pequeno nas disciplinas de História e Arqueologia. A questão foi resumida assim por Andrew Wallace-Hadrill em 1990: “[Pompeia] é ao mesmo tempo o mais estudado e o menos compreendido entre todos os sítios. Apesar de universalmente familiar, sua escavação e pesquisa revelaram-se um pesadelo de omissões e desastres. Cada geração descobre com horror o quanto de informação foi ignorada, negligenciada, destruída e deixada sem registro ou publicação”³ (apud Lawrence, 1994, p. 1). Dito

³ Tradução nossa.

de outro modo, à medida que os interesses dos pesquisadores mudavam, a metodologia de pesquisa por eles empregada também mudava.

O início da Arqueologia científica

Ao se depararem com o passado pré-romano, os antiquários viram-se diante da necessidade de desenvolver novas abordagens e metodologias. Inicialmente, isso ainda se deu dentro das fileiras do próprio antiquarismo mas, com o passar do tempo, especialmente no norte da Europa, surgiram pesquisadores especializados no que foi chamado de “Pré-História” (Milisauskas, 2011, p. 7). Esses homens se aproveitaram da valorização do uso da Razão ocorrido durante o Iluminismo e da empolgação geral com o desenvolvimento das ciências após a Revolução Industrial. O resultado disso foi o surgimento da Arqueologia científica, ainda que, de saída, ela não estivesse separada dos estudos sobre a Pré-História. O primeiro grande *breakthrough* metodológico dessa nova fase deu-se com o desenvolvimento da noção de “datação relativa”, apesar de as datações absolutas não estarem ainda disponíveis (Trigger, pp. 71–77).

O leitor atento, a esta altura, deve estar a se perguntar sobre a situação da Arqueologia Clássica. Na década de 1804, Lucien Bonaparte, o exilado irmão de Napoleão, adquiriu propriedades próximas a Roma. Numa delas, em 1828, foram encontrados os primeiros achados da cidade etrusca de Vulci, que teve o seu auge no século V antes da Era Comum. Após receber uma autorização do Estado Pontifício, Lucien organizou escavações sistemáticas na área, durante quinze campanhas, dando rigor científico à empreitada: os seus operários eram encarregados de ordenar, catalogar e descrever o material encontrado, enquanto as peças fragmentadas eram enviadas à restauração. As peças acabaram reunidas em um museu estabelecido na antiga residência de Lucien próxima ao local (Castillo, 2024)⁴.^[3] As escavações em Vulci acabaram resultando num acervo de mais de três mil vasos pintados, muitos deles produzidos na Grécia. Como a família de Lucien enfrentava dificuldades financeiras, muitos desses vasos acabaram vendidos para outros museus europeus, como o do Vaticano (Nørskov, 2009, pp. 63–68). Apesar da sua dispersão, a enorme quantidade de vasos encontrados e a sua catalogação em muito adiantaram o estudo da cerâmica grega antiga, que chegaria à maturidade com Pottier e Beazley no século XX.

Apesar da empreitada de Lucien Bonaparte, a Arqueologia Clássica permaneceu num certo estado de inércia, com muitos dos escavadores ainda em busca de objetos de arte, enquanto outros buscavam a fama internacional através de grandes descobertas — e foi nesse ponto que se

⁴ CASTILLO, Elena. Tras las huellas de los etruscos: Luciano Bonaparte y el descubrimiento de la ciudad etrusca de Vulci. National Geographic, 2024: <https://historia.nationalgeographic.com.es/a/luciano-bonaparte-y-el-descubrimiento-de-la-ciudad-etrusca-de-vulci_19270>. Acesso em: 1 dez. 2024.

tornou importante o desenvolvimento das comunicações à distância ao longo do século XIX. A descoberta de Troia por Heinrich Schliemann (1822–1890) foi paradigmática nesse sentido, pois ele próprio enviava aos jornais as notícias dos seus achados, **impulsionando** a própria fama (Kennell, 2007, pp.785ss). De uma perspectiva metodológica, porém, a escavação em Troia foi desastrosa e em grande medida destruiu o sítio (Fagan, 2019, pp. 115–116): os empregados de Schliemann atravessaram muitas camadas correspondentes a períodos históricos importantes, incluindo a do fim da Idade do Bronze, presumivelmente associada ao lendário conflito com os gregos. Isso explica, em parte, porque a escavação de Troia teve um impacto publicitário bem maior do que acadêmico. Dentro dessa lógica, o grande *breakthrough* dos estudos sobre a Idade do Bronze no Egeu não veio através do trabalho de Schliemann, mas em meados do século XX com o deciframento da escrita Linear B, utilizada em tabletes de argila tanto em sítios da Grécia continental como em Creta (Latacz, 2004, pp. 155–159). Cabe ressaltar, todavia, que ao menos um movimento em direção a uma Arqueologia mais científica deu-se no campo da Arqueologia Clássica: foi o maior rigor nas anotações preconizado pelo napolitano Giuseppe Fiorelli (1823–1896), encarregado das escavações em Pompeia nas décadas de 1860 e 1870. Ali, o seu sistema de preenchimento com gesso dos espaços deixados pelos corpos soterrados que haviam se dissolvido com o passar do tempo eram parte do seu esforço de fazer um detalhado mapeamento tridimensional do sítio. Ele pode ser considerado, portanto, um pioneiro na análise estratigráfica (Trigger, 2004, p. 192).

Se, todavia, voltarmos nosso olhar para a Arqueologia Clássica num sentido mais amplo, o grande *breakthrough* ocorreu no início do século XX, com os estudos sobre cerâmica grega conduzidos pelo francês Edmond Pottier (1855–1934) e pelo britânico John Beazley (1885–1970). Eles aplicaram à cerâmica ática os métodos de datação relativa desenvolvidos décadas antes por arqueólogos da Pré-História e alguns dos seus trabalhos permanecem como obras de referência até hoje.

A multidisciplinaridade do século XX

No início do século XX, a Arqueologia parece haver se beneficiado de uma espécie de sinergia das ciências sociais que legitimou as abordagens multidisciplinares e resultou, por exemplo, na criação da escola dos *Annales*, um movimento historiográfico francês. Dentro das perspectivas do movimento, o estudo do passado deveria ir além do que diziam as fontes textuais, muitas vezes de caráter meramente político. Os *annalistas* abraçaram, assim, uma perspectiva multidisciplinar para a produção de uma História Social (Burke, 1991, pp. 9–13).

Na Arqueologia, essa mudança paradigmática veio acompanhada de um interesse nas histórias nacionais: os franceses pesquisavam o passado celta; os britânicos, os antigos bretões e os celtas; enquanto os alemães e os escandinavos se debruçavam sobre o passado dos povos germânicos,

(Trigger, 2004, pp. 145–147; Dietler, 2008, pp. 194–196; Arnold, 2008, pp. 120–124). Essas eram culturas pré-letradas, o que conectou as arqueologias nacionais com a Arqueologia Pré-Histórica que veio se desenvolvendo de modo parcialmente independente desde a época dos antiquários. Isso significou, também, que os arqueólogos envolvidos nos projetos de cunho nacionalista desse período fizeram uso de todas as ferramentas de que dispunham, contribuindo para a sinergia interdisciplinar que se observou nas ciências sociais no período. A Antropologia, que também vinha se desenvolvendo de forma parcialmente independente e tinha um forte viés evolucionista, nessa mesma época entrou em crise com o enfraquecimento da crença no progresso, de modo que teve um impacto limitado sobre a Arqueologia entre fins do século XIX e início do XX (Trigger, 2004, pp. 146–147).

O que resultou da miscelânea ocorrida nessa época foi a Arqueologia Histórico-Cultural, que elaborava as suas explicações tomando como centro os povos do passado, muitas vezes supostos ancestrais dos europeus do presente, e procurava compreender como esses povos viviam e no que acreditavam, partindo da perspectiva de que a “cultura” seria o principal elemento diferenciador entre os povos (Trigger, 2004, pp. 158–159). Dentro dessa lógica, os pesquisadores logo passaram a se preocupar com a maneira pela qual os avanços técnicos e sociais foram levados de um povo para o outro. Surgiu, assim, uma hipótese que ficou conhecida como “difusionismo”, cujos entusiastas tendiam a atribuir ao oriente muitas das invenções importantes que acabaram moldando a história europeia: “*Ex Oriente, lux*” (Do Oriente, a luz) era um dos seus lemas.

Não é possível traçarmos, num espaço tão curto, um panorama do desenvolvimento da Arqueologia Histórico-Cultural, mas podemos dizer que essa perspectiva predominou por cerca de meio século, ou talvez um pouco menos. Nas décadas de 1930 e 1940, a Arqueologia Histórico-Cultural teve como rival a Arqueologia marxista, liderada pelos soviéticos, mas esta alcançou um sucesso limitado na Europa Ocidental. A Arqueologia marxista, como seria de se esperar, preocupava-se com a divisão de trabalho e as relações sociais nas comunidades estudadas (Thomas, 1982, pp. 246–247). Existiram, todavia, alguns pontos de convergência entre a Arqueologia Histórico-Cultural e a Arqueologia marxista. Eles podem ser observados nos trabalhos tardios do Australiano radicado no Reino Unido V. Gordon Childe (1892–1957), nos quais o autor procurou combinar as discussões sobre as características culturais dos povos estudados dentro de uma perspectiva moderada de difusionismo ao mesmo tempo em que procurava compreender as mudanças sociais a partir das contradições internas dessa mesma comunidade, à maneira dos marxistas, sem, todavia, incorrer no dogmatismo marxista (Trigger, 2004, pp. 254–255)⁵[4]. Childe tornou-se o que depois ficou conhecido como “marxiano”, alguém que faz uso de elementos teóricos marxistas, mas que não é

⁵ Spriggs (1984, p. 6) assinala que a Arqueologia de influência marxista teria um caráter de contestação que serviria para “desnaturalizar” as estruturas sociais do passado.

fiel ou subserviente a eles. Infelizmente, ele não foi bem-sucedido nessa síntese e acabou ostracizado pelos seus pares da Europa capitalista (Thomas, 1982, pp. 247–249).

Os desenvolvimentos mais recentes

No início da década de 1960, uma forte vertente antidifusionista estabeleceu-se no pensamento arqueológico, era o que ficou conhecido como “processualismo”. O nome mais conhecido do movimento talvez seja o estadunidense Lewis Binford (1931–2011). Para ele, que amiúde escavava sítios pré-colombianos na América do Norte, o arqueólogo deveria ser treinado como etnógrafo de modo a evitar as explicações difusionistas. Dito de outro modo, ele deveria ser capaz de perceber as dinâmicas internas das sociedades estudadas, e assim compreender a lógica por trás da sua transformação (Binford, 1962, pp. 217–218). Curiosamente, esse objetivo, ao menos em abstrato, não diferia muito do que Childe, na sua fase marxiana, tentou fazer. Dentro da perspectiva processualista, a cultura é um importante elemento da organização social, enquanto a sociedade deveria ser compreendida como uma unidade funcional constituindo uma espécie de “sistema ecológico” (Muniz, 2022, pp. 3–4). Vemos, nessa perspectiva, dois elementos que podem ser destacados: o primeiro é o cientificismo, que fazia uma ciência humana tal qual a Arqueologia aproximar-se da Biologia; o segundo é que a abordagem funcionalista, ao conceber a sociedade como uma espécie de sistema ecológico, tendia a incluir frequentemente o meio ambiente nas suas análises (Trigger, 2004, pp. 281–282), o que não chegava a ser uma completa novidade mas alinhava-se com as preocupações ecológicas que emergiram no mundo ocidental na década de 1960. Binford enfatizava, também, o rigor científico da empreitada arqueológica. Para ele, o arqueólogo deveria formular hipóteses sobre a natureza das sociedades estudadas e testá-las a partir dos vestígios materiais (Binford, 1972, p. 87). Em última análise, os processualistas buscavam descobrir leis gerais dos processos culturais que lhes permitissem explicar as diferenças e as semelhanças culturais (Watson et al., 1971, pp. 23–24). Os processualistas, assim, separavam a descoberta científica da sua avaliação (Thomas, 2004, pp. 69–70). Dentro da sua lógica, a subjetividade do arqueólogo seria praticamente inexistente.

Antes de passarmos à crítica do processualismo, cabe abordarmos a figura do britânico Mortimer Wheeler (1890–1976), que, apesar de poder ser classificado como membro da escola Histórico-Cultural, deixou contribuições não no campo teórico, mas no metodológico e midiático. Ao longo da sua carreira, Wheeler participou de escavações em várias regiões do Império Britânico, como a Índia e o Paquistão, desenvolvendo o sistema de quadrículas empregado até hoje nas escavações, além de uma metodologia de amostragem, registro e análise dos artefatos encontrados (Hale, 2006, pp. 49–50; Trigger, 2004, p. 194). Diferentemente de muitos dos seus contemporâneos, Wheeler não parecia particularmente preocupado com “o que os arqueólogos **deveriam** descobrir”

sobre a comunidade em estudo, mas simplesmente realizar uma prática científica rigorosa. Os esforços metodológicos de Wheeler, assim, em alguma medida anteciparam o cientificismo da geração seguinte, a despeito do escopo da abordagem processualista que estava por vir ser diferente do seu. No final da sua vida, Wheeler tornou-se uma personalidade televisiva e ajudou a popularizar a Arqueologia no Reino Unido.

O mundo ocidental experimentou, a partir de meados da década de 1960, a ascensão do que ficou conhecido como “Pós-Modernismo”. Inicialmente, era um movimento estético que visava liberar os artistas de tradições que limitassem a sua criatividade. Depois, o Pós-Modernismo tornou-se um movimento político, porquanto essa recém-descoberta liberdade deveria ter um caráter “inclusivo”, permitindo a participação de indivíduos e grupos até então marginalizados. Num terceiro momento, o movimento tornou-se também filosófico, por conta de uma espécie de sintonia entre os que se autodenominavam “pós-modernos” e os “pós-estruturalistas”. A acusação dos pós-estruturalistas era a de que o estruturalismo consistia em um movimento cientificista, pretensioso do ponto de vista teórico, além de excludente (Bertens, 1995, pp. 3–8). A aceitação dessa acusação ensejou o que ficou conhecido nas ciências sociais como “a virada linguística”, um reconhecimento de que as supostas “realidades” descritas pelos pensadores de gerações anteriores não passavam de narrativas que traziam consigo os preconceitos dos próprios autores, de modo que tais “realidades” não tinham um caráter objetivo, sendo apenas o resultado de uma espécie de consenso social (Bertens, 1995, pp. 111–113).

Na Arqueologia, essa mudança de mentalidade resultou em uma crítica à abordagem cientificista dos processualistas, o que possibilitou aos arqueólogos questionamentos de natureza mais ampla e diversa do que os realizados pela geração anterior e que incluíam, amiúde, um viés político *antiestablishment*. Se os processualistas aspiravam produzir uma rigorosa ciência baseada nos vestígios materiais, os pós-processualistas acusaram-nos de ter uma mentalidade assaz limitada, que haveria de produzir uma espécie de novo antiquarismo baseado no culto ao artefato (Trigger, 2004, pp. 365–367). Muitos dos pós-processualistas, todavia, não romperam de todo com os preceitos da geração anterior, apenas se deram o direito de adotar perspectivas mais amplas e objetivos mais diversificados.

Considerações finais

Vivemos na era pós-processualista e o futuro da Arqueologia parece mais aberto do que nunca: embora os paradigmas processualistas não hajam sido de todo abandonados, alguns buscam uma compreensão mais ampla das sociedades do passado, especialmente nas regiões oprimidas pelo imperialismo europeu, desconstruindo as narrativas preconceituosas produzidas pelas classes

dominantes de gerações anteriores. Podemos perceber, nesse caso, o caráter “inclusivo” do Pós-Modernismo deixando claramente a sua marca na disciplina.

Referências bibliográficas

- ARNOLD, Bettina. The Past as Propaganda: totalitarian Archaeology in Nazi Germany. In: MURRAY, Tim; Evans, Christopher (eds.). **Histories of Archaeology**. Oxford: Oxford University Press, 2008. pp. 120–144.
- BERTENS, Hans. **The Idea of the Postmodern: a History**. London and New York: Routledge, 1995.
- BINFORD, Lewis. Archaeology as Anthropology. **American Antiquity**, v. 28, no. 2, oct. 1962, pp. 217–225. Society for American Archaeology.
- _____. **An Archaeological Perspective**. New York and London: Seminar Press, 1972.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. Tradução de J. Guinsburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. 2ª. Edição. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929–1989: A Revolução Francesa na Historiografia**. São Paulo: UNESP, 1991.
- DÍAZ-ANDREU, Margarita. **A World History of Nineteenth-Century Archaeology: nationalism, colonialism, and the past**. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- DIETLER, Michael. ‘Our ancestors the Gauls’: Archaeology, Ethnic Nationalism, and the manipulation of Celtic identity in Modern Europe. In: MURRAY, Tim; Evans, Christopher (eds.). **Histories of Archaeology**. Oxford: Oxford University Press, 2008. pp. 194–221.
- FAGAN, Brian. **Uma Breve História da Arqueologia**. Porto Alegre: L&PM, 2019.
- HALE, John. **Classical Archaeology of Ancient Greece and Rome**. Chantilly, VA: The Teaching Company, 2006.
- HARRIS, Judith. **Pompeii Awakened**. London and New York: JB Tauris, 2007.
- KENNEL, Stephanie. Schliemann and his papers: a Tale from the Gennadeion Archives. **Hesperia: The Journal of the American School of Classical Studies at Athens**, v. 76, no. 4, oct.-dec., 2007, pp. 785–817.
- LATACZ, Joachim. **Troy and Homer: towards a solution of an old mystery**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- LAWRENCE, Ray. **Roman Pompeii: Space and Society**. London and New York: Routledge, 1994.
- MILISAUSKAS, Sarunas. Historical Observations on European Archaeology. In: MILISAUSKAS, Sarunas (ed.). **European Prehistory: Interdisciplinary Contributions to Archaeology**. New York: Springer, 2007.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna**. Bauru: EDUSC, 2004.
- MUNIZ, Tiago Silva Alves. Arqueologia como disciplina transversal. **Tarairiú: Revista do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB**, v. 1, no. 20, 2022.
- NØRSKOV, Vinnie. The Affairs of Lucien Bonaparte and the Impact on the Study of Greek Vases. In: NØRSKOV, Vinnie; HANNESTED, Lise; ISLE-KERÉNYI, Cornelia; LEWIS, Sian (eds.). **The World of Greek Vases**. Roma: Edizioni Quasar, 2009. pp. 63–76.
- SONNEBORN, Liz. **Pompeii: Unearthing Ancient Worlds**. Minneapolis: Twenty-First Century Books, 2008.

- SPRIGGS, M. Another Way of Telling: Marxist Perspectives in Archaeology. In: SPRIGGS, M. (ed.). **Marxist Perspectives in Archaeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. pp. 1–9.
- THOMAS, Julian. **Archaeology and Modernity**. London and New York: Routledge, 2004.
- THOMAS, Nicholas. Childe, Marxism and Archaeology. **Dialectical Archaeology**, v. 6, no. 3, March 1982, pp. 245–252. New York: Springer.
- TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.
- THUCYDIDES. **The Peloponnesian War**. London and New York: J. M. Dent and E. P. Dutton, 1910.
- WATSON, Patty Jo; LEBLAN, Steve; REDMAN, Charles L. **Explanation in Archaeology: an Explicitly Scientific Approach**. New York and London: Columbia University Press, 1971.

